Blogue Fragmentos do Caos

A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Os Ricos, os Ricos Imaginários e a Arte Portuguesa de Sabujar

Publicado em 2026-11-14 15:56:00



FC-CHRONIC-NEWS · CRÓNICA SOCIAL · CANONICAL V1.0

Os Ricos, os Ricos Imaginários e a Arte Portuguesa de Sabujar

Crónica sobre o dinheiro que se tem, o estatuto que se finge e a dignidade que se entrega voluntariamente.

Francisco Gonçalves · Fragmentos do Caos · 14 de Novembro de 2026

> *como se a sua maior fortuna fosse conhecer alguém que é.»*

I. Os que são e os que representam

Em Portugal há ricos que sabem que são ricos. Não precisam de o anunciar à entrada de cada restaurante, nem de o demonstrar no volume da voz. O seu património — herdado, construído ou acumulado — existe independentemente da opinião da mesa ao lado.

E depois há uma outra figura, especialmente interessante para a comédia social portuguesa: o rico imaginário. Não tem necessariamente fortuna, não controla grandes empresas, não dispõe de património capaz de dispensar o salário do mês seguinte. Mas comporta-se como se tivesse sido admitido, por correspondência, no conselho de administração da riqueza nacional.

Conhece os nomes, acompanha os gestos, reproduz as opiniões. Se um poderoso entra na sala, endireita-se. Se um trabalhador entra na mesma sala, por vezes nem se dá ao trabalho de olhar. O seu critério de deferência não é o mérito nem o carácter: é a proximidade presumida ao dinheiro.

visível uma condição económica, real ou desejada, para obter reconhecimento social [1]. Hoje a montra mudou, mas a engrenagem continua familiar.

O automóvel pode ser alugado, a roupa comprada a prestações e a conversa feita de nomes emprestados. A fotografia mostra a mesa do restaurante; não revela a conta bancária. A pose oferece uma biografia melhorada, filtrada e publicada antes de a realidade ter tempo de reclamar.

Pierre Bourdieu mostrou que o gosto, os hábitos e os símbolos culturais são também instrumentos de distinção, não simples manifestações de preferência individual [2]. O rico imaginário procura dominar esses sinais. O drama é que confunde a gramática do poder com a posse do poder.

III. O sabujo social não quer igualdade. Quer um convite.

Chegamos ao ponto mais desconfortável: não basta imitar a riqueza. É preciso cortejá-la. O admirador da fortuna alheia desenvolve uma extraordinária disponibilidade para explicar por que motivo os privilégios dos outros são naturais, inevitáveis e, quando possível, merecidos.

Perante um salário baixo, recomenda contenção. Perante uma grande vantagem fiscal, descobre a complexidade da

O seu sonho não é necessariamente abolir a distância entre as classes. É atravessá-la sozinho, nem que seja apenas para ser visto do outro lado da corda. A igualdade não lhe seduz tanto como a possibilidade de receber um convite para o jantar certo.

Não é um retrato de todas as pessoas ambiciosas, nem de todos os que admiram empresários bem-sucedidos. Admirar competência e desejar melhorar de vida são coisas legítimas. O alvo desta crítica é a submissão voluntária que troca pensamento próprio por aprovação social.

IV. A psicologia de defender quem manda

Este comportamento não é explicado apenas por vaidade. A teoria da justificação do sistema, desenvolvida por John Jost e colegas, estuda a tendência de algumas pessoas para considerar legítima uma ordem social mesmo quando ocupam nela posições desfavoráveis [3]. Não se trata de uma lei universal, mas de uma linha de investigação que ajuda a formular a pergunta certa.

Porque defenderá alguém, com tanto fervor, um privilégio que nunca usufruirá? Por esperança de ascensão? Por identificação emocional com os vencedores? Por receio de reconhecer a fragilidade da própria posição? Ou simplesmente porque acreditar num sistema justo parece mais confortável do que admitir a arbitrariedade de muitas das suas recompensas?

V. A nova aristocracia de empréstimo

Nem toda a distinção se faz hoje com automóveis vistosos e relógios dourados. Elizabeth Currid-Halkett examinou como educação, hábitos culturais e escolhas de consumo discretas também servem para demarcar estatuto [4]. A ostentação pode ser ruidosa; a exclusividade pode falar baixo.

Por isso, o aspirante a aristocrata não tem um único uniforme. Tanto pode exibir marcas como ostentar uma suposta superioridade intelectual; tanto pode invocar o nome de um banqueiro como discutir vinhos que mal conhece. Não precisa de comprar a elite: basta-lhe representar que já lá pertence.

No fundo, confunde uma relação social com uma identidade. Estar próximo de alguém influente não o transforma em influente, tal como jantar ao lado de um cirurgião não confere autorização para operar no dia seguinte. Embora, conhecendo certas vaidades nacionais, não faltem candidatos à bata.

VI. O Portugal real, atrás da montra

A sátira seria inofensiva se o seu palco fosse apenas uma festa de máscaras. Mas Portugal tem desigualdades materiais concretas. Nas estatísticas internacionais publicadas na edição de 2026 do

O INE comunicou que, em 2024, 15,4% das pessoas em Portugal estavam em risco de pobreza monetária, segundo o inquérito realizado em 2025. O limiar utilizado correspondia, nesse apuramento, a 723 euros mensais para um adulto sozinho [6]. Risco de pobreza é um indicador relativo de rendimento, não uma descrição automática da vida de cada indivíduo.

A Comissão Europeia assinalou, no seu relatório de 2026, que a produtividade e os níveis de rendimento portugueses permaneciam abaixo da média da União Europeia [7]. Estes dados não provam a existência estatística de uma classe de "ricos imaginários". Mostram, isso sim, por que razão é socialmente relevante discutir quem detém recursos, quem procura sinais de estatuto e quem suporta as consequências das assimetrias.

Num país onde tantas vidas continuam a exigir cálculos cuidadosos até ao fim do mês, a reverência automática perante a fortuna alheia não é apenas uma extravagância. Pode tornar-se uma maneira de normalizar a distância entre quem decide e quem espera.

ser pobre não confere automaticamente superioridade moral. Há gente próspera com talento, decência e sentido de responsabilidade; há pessoas sem património que reproduzem todos os pequenos autoritarismos que condenam nos poderosos.

O problema começa quando o dinheiro é elevado a medida universal do valor humano. Quando uma carteira substitui um argumento, uma fortuna passa por prova de sabedoria e uma amizade influente vale mais do que uma consciência independente.

As democracias não precisam de hostilidade aos que prosperam. Precisam de cidadãos capazes de exigir as mesmas regras, a mesma dignidade e a mesma prestação de contas a todos, ricos ou pobres, conhecidos ou anónimos.

VIII. A terceira espécie

Há, felizmente, uma terceira espécie que raramente aparece nos salões: os que não são ricos, sabem que não são e não transformam essa circunstância em vergonha. Trabalham, criam, discutem, pagam contas, cultivam amizades e não pedem licença à fortuna para conservar a sua voz.

Podem admirar um empresário pela obra que realizou e discordar dele no instante seguinte. Podem entrar num espaço luxuoso sem se sentirem inferiores e numa casa humilde sem se

Não se transmite por herança, não se compra em prestações e não exige fotografia à porta de um carro que pertence a outra pessoa.

Epílogo — A riqueza de permanecer de pé

A questão decisiva não é saber quantos ricos existem em Portugal, mas quantas pessoas continuam a acreditar que, para serem respeitadas, têm primeiro de parecer próximas deles.

O rico tem dinheiro. O rico imaginário tem a fantasia. O sabujo social acrescenta-lhe a genuflexão.

> *E, no entanto, basta uma coisa para desmontar esta pequena monarquia dos costumes: um cidadão que, diante do poder, não baixe os olhos nem venda o juízo.*

Porque o pior da pobreza não é não ter assento à mesa dos ricos. É convencer-se de que a própria dignidade depende de ser autorizado a servir-lhes o jantar.

não categorias estatísticas nem diagnósticos individuais. As referências sociológicas e psicológicas fornecem enquadramento interpretativo, não demonstram que estas atitudes sejam universais em Portugal. Os indicadores do INE e da OCDE dizem respeito a períodos e conceitos específicos, explicitamente identificados no texto. A crítica incide sobre a subserviência perante o poder económico, não sobre a legitimidade de prosperar ou a dignidade de quem vive com menos recursos.

Referências e leituras internacionais

1. **Thorstein Veblen** — The Theory of the Leisure Class (1899). Project Gutenberg. Obra fundadora sobre emulação pecuniária, consumo ostensivo e demonstrações de estatuto. Consultar fonte.

2. **Pierre Bourdieu** — Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste (original francês, 1979; tradução inglesa, Harvard University Press). Sobre a construção simbólica da distinção entre classes. Consultar fonte.

3. **John T. Jost, Mahzarin R. Banaji e Brian A. Nosek** — "A Decade of System Justification Theory", Political Psychology, 25(6), 2004. Revisão sobre a legitimação da ordem social estabelecida. Consultar fonte.

4. **Elizabeth Currid-Halkett** — The Sum of Small Things: A Theory of the Aspirational Class. Princeton University Press, edição de 2018. Sobre o capital cultural, consumo discreto e novas formas de distinção. Consultar fonte.

2025 — dados do inquérito de 2025 relativos aos rendimentos de 2024: risco de pobreza de 15,4%. Consultar fonte.

7. **Comissão Europeia** — Country Report — Portugal (2026). Análise de produtividade, rendimentos e limitações estruturais da economia portuguesa. Consultar fonte.

Francisco Gonçalves

Fragmentos do Caos · Crónica social e política · Colaboração editorial: Augustus Veritas